

O CARACOL E SUA CONCHA: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho

Ricardo Antunes(UNICAMP)*

I

Desde o mundo antigo e sua filosofia, que o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Érgon e pónos*, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio. Ora cultuava-se seu lado positivo, ora acentuava-se o traço de negatividade. Hesíodo, em *Os Trabalhos e os Dias*, uma ode ao trabalho, não hesitou em afirmar que “o trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é”(Hesíodo 1990, 45).

Ésquilo, em *Prometeu Acorrentado*, asseverou que “quem vive de seu trabalho não deve ambicionar a aliança nem do rico efeminado, nem do nobre orgulhoso”(Ésquilo, 132).

Com o evoluir humano, o trabalho converteu-se em *tripaliare*, originário de *tripalium*, instrumento de tortura, momento de punição e sofrimento. No contraponto, o ócio tornou-se parte do caminho para a realização humana. De um lado, o mito *prometeico* do trabalho; de outro, o *ócio como liberação*.

O pensamento cristão, em seu longo e complexo percurso, deu seqüência à controvérsia, concebendo o trabalho como martírio e salvação, atalho certo para o mundo celestial, caminho para o paraíso. Ao final da Idade Média, com São Tomás de Aquino, o trabalho foi considerado como *ato moral digno de honra e respeito*(Nefa 2003, 52).

* Sociología del Trabajo en el Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad de Campinas (UNICAMP), rantunes@unicamp.br

Weber, com sua *ética positiva do trabalho* reconferiu ao ofício o caminho para a salvação, celestial e terreno, *fim mesmo da vida*. Selava-se, então, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (*negar o ócio*) que veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça.

Quer como *Arbeit, lavoro, travail, labour* ou *work*, a sociedade do trabalho chegou à modernidade, ao mundo da mercadoria. Hegel escreveu páginas belas sobre a *dialética do senhor e do escravo*, mostrando que o senhor só se torna *para si* por meio do outro, do seu servo (Hegel 1966. 113-118).

Foi ainda através da escrita de outro alemão, chamado Marx, também conhecido como *Mouro*, que o trabalho conheceu sua síntese sublime: trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. É conhecida sua referência ao trabalho fabril: *se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste!* (Marx 2004).

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória, presente no mundo do trabalho, que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossas vidas. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida *fora* do trabalho dotada de sentido.

II

Mas o nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as

agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como *prometeus modernos*, a cata de algo para sobreviver.

Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *welfare state*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o *estado de bem estar social*, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor.

Glosando uma frase memorável, podemos lembrar que, se não somos contemporâneos *filosóficos* do presente, estamos entre seus campeões *históricos*. Se o nosso país pouco contribuiu para a *filosofia* do trabalho e do labor, estamos dando, tristemente, uma monumental contribuição para o flagelo do desemprego.

Contra a limitadíssima tese da *finitude do trabalho*, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova morfologia* ou a *nova polissemia do trabalho*. E, ao fazê-lo, mostrar as complexas relações que emergem no universo laborativo, em particular, seus elementos de centralidade, seus laços de *sociabilidade* que emergem no mundo do trabalho, mesmo quando ele é marcado por formas dominantes de estranhamento e alienação.

Como lembra Robert Castel em *As Metamorfoses da Questão Social*, o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não tem trabalho, que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego, do não-trabalho, do não-labor (Castel 1998).

Contrariamente à *unilateralização* presente tanto nas teses que *desconstroem* o trabalho, quanto naquelas que fazem seu *culto acrítico*, sabemos que na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o *mundo do trabalho* tem sido vital. É através do ato laborativo, que

Marx denominou como *atividade vital*, que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se dos animais.

Mas, em contraposição, quando a vida humana se resume exclusivamente ao *trabalho*, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e *dialética*, presente no trabalho, é central quando se pretende compreender o *labor* humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim ou mesmo da perda de significado do trabalho na contemporaneidade.

Se esta tendência *eurocêntrica* foi dominante nas duas últimas décadas, mais recentemente ela tem sido fortemente questionada e se encontra bastante enfraquecida. Renascendo das “cinzas”, a questão do *trabalho* tornou-se novamente um dos mais relevantes temas da atualidade. Muitas são as interconexões e transversalidades que mostram o retorno do trabalho como questão central dos nossos dias. Como a destruição ambiental e a questão feminina, o *labor* humano mostra-se como *questão vital* para a humanidade.

III

Como indicamos anteriormente,(Antunes 1995; 1999) ainda que passando por uma monumental reestruturação produtiva, o capital, mesmo sob enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o *trabalho vivo* do processo de mercadorias. Ele pode incrementar ao máximo o *trabalho morto* corporificado no maquinário tecno-científico, aumentando desse modo a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do *sobretabalho* em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que *tempo* e *espaço* se transformam nesta fase dos capitais globais e destrutivos. Uma nova modalidade da forma do valor

aparece para mostrar os limites e equívocos daqueles que haviam decretado o fim da teoria do valor-trabalho(Sotelo Valencia 2003).

E se mostra como responsável pela ampliação da enorme destrutividade que preside a sociedade do capital. Isto porque, no plano microcômico, no plano das empresas, há uma necessidade intrínseca de *racionalizar* seu *modus operandi*, de implementar o receituário e a pragmática de *lean production*, da empresa enxuta, visando qualificá-la para a concorrência inter-empresas em disputa no sistema global do capital.

A expansão ilimitada dessa lógica microcômica para a *totalidade* das empresas em amplitude mundial, acaba por gerar uma monumental sociedade dos descartáveis, uma vez que a lógica da reestruturação e da produtividade, quando comandada pelo ideário e pela pragmática do capital, acarreta a crescente redução do *trabalho vivo* e sua substituição pelo *trabalho morto*, para usar os termos de Marx.

A conseqüência mais negativa para o mundo do trabalho, é dada pela destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho, resultando um *desemprego estrutural* explosivo. Segundo Mészáros, há, hoje.

“ ... mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Deste número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha — outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” — ultrapassou a marca dos 5 milhões. Em um país como a Índia — reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento — há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outras milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados. Além disso, a intervenção do FMI, organização dos EUA que dita ordens, pretendendo melhorar as condições econômicas dos países “em desenvolvimento” mais afetados pela crise tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados (...). Ao mesmo tempo, os antigos países pós-capitalistas pertencentes ao sistema de tipo soviético, da Rússia à Hungria — que no passado não sofriam com altos índices desemprego, embora administrassem suas economias com altos níveis de subemprego —, diante da pressão direta do FMI, vêm sofrendo com as condições desumanizadoras do desemprego maciço”.

E acrescenta:

“O Japão é um exemplo particularmente importante, pois não estamos falando de um país do chamado “Terceiro Mundo” em relação aos quais, mesmo as mais intensas práticas de exploração do trabalho, sempre foram consideradas normais. Ao contrário, o Japão representa a segunda mais poderosa economia do mundo: um paradigma dos avanços capitalistas. E agora, mesmo em tal país, o desemprego está crescendo perigosamente. Sem contar com as condições de trabalho que devem se tornar ainda piores do que na época do longo período de desenvolvimento do pós-guerra e de expansão do capital, incluindo não só a grande intensificação da exploração pelos cronogramas de trabalho em nome da “flexibilidade” como também — para muitos bastante incompreensível — o prolongamento da semana de trabalho forçado”(Mészáros 2004).

Além do desemprego estrutural, em franca expansão, ampliam-se e espalham-se por toda a parte do chamado “Primeiro Mundo” os trabalhadores/as imigrantes (*gastarbeiters* na Alemanha, *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekaseguis* no Japão etc), configurando um quadro de enorme exploração do trabalho em expansão em escala global.

Estas modalidades de trabalho precarizado – *trabalho atípico*, segundo a definição de Vasapollo e Martufi – encontram-se em franca expansão também na Itália e Espanha. *Trabalho atípico* porque expressam formas de

“prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela contratual. No trabalho atípico, são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo-padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time*. Quase 25% dos empregos na Itália são independentes, contra uma média de 15% no restante da Europa. Isso confirma um modelo mediterrâneo, representado pela Espanha e pela Itália, no qual o percentual de trabalho atípico e ‘independente’ é superior a 20% do total de empregos. Formas de trabalho autônomas estão presentes em todo o setor terciário (...) e nas atividades precárias, como acontece nas temporadas dos setores de agricultura e de turismo, nos transportes e nas telecomunicações. Além do mais, existe, na Itália, uma forma de exteriorização dos serviços: o subcontrato das cooperativas. A diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis não só estão vinculados a um processo mais amplo de precariedade, mas também à afirmação de atividades flexibilizadas e intermitentes, em um contexto que supera o mercado de trabalho e se impõe como modalidade da vida cotidiana.

O que permite ao autor acrescentar que

“O conceito de flexibilização do trabalho e o abandono do modelo de trabalho por tempo indeterminado já pertencem à nossa atual forma de pensar (...). Hoje, é difícil prever a superação ou a substituição desse tipo de trabalho instável(Vasapollo e Martufi 2003; Vasapollo 2005).

Esse quadro configura uma *nova morfologia do trabalho*: além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part-time*, exercendo trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo.

Das trabalhadoras de *telemarketing* aos *motoboys*, dos jovens trabalhadores dos *McDonald's* aos digitalizadores do setor bancário, estes contingentes são partes constitutivas das forças sociais do trabalho, que Ursula Huws sugestivamente denominou como *cybertariat*, o *novo proletariado da era da cibernética*, que vivencia as condições de um *trabalho virtual* em um *mundo real*, para recordar o sugestivo título de seu excelente livro que discorre sobre as novas configurações do trabalho na era da informática e telemática, buscando apreender suas potencialidades de organização e busca de identidade de classe(Urusula 2003).

IV

Quais são os contornos mais gerais, analíticos e empíricos, que configuram o que estamos denominando como *nova morfologia do trabalho*?

Devemos indicar, desde logo, que a classe trabalhadora, em nosso entendimento, compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho (a *classe-que-vive-do-trabalho*, conforme denominação que introduzimos em *Adeus ao*

Trabalho? e Os Sentidos do Trabalho) e que são despossuídos dos meios de produção.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, desde o início da reestruturação produtiva do capital em escala global, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. No principal área do operariado metalúrgico no Brasil, no ABC paulista, região onde se encontram as principais empresas automobilísticas, houve uma redução de aproximadamente 240 mil operários nos anos 80 para menos de 100 mil neste ano de 2005. Na cidade de Campinas, outra importante região industrial metalúrgica, no mesmo período o proletariado reduziu-se de cerca de 70 mil para menos de 40 mil. Este proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase taylorista/fordista.

Há, entretanto, contrariamente à tendência acima apontada, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do *Welfare State* nos países do Norte e aumento da desregulamentação do trabalho nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização. Em 2005, num total de 80 milhões de trabalhadores, cerca de 60% encontra-se em situação de informalidade no Brasil. Em vários outros países da América Latina a situação é similar, quando não ainda mais grave; no México, Argentina, Chile, depois de uma expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado,

informalizado, etc, além de enormes níveis de desemprego, de trabalhadores/as desempregados/as(Sotelo 2003).

Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e também na América Latina, onde também foi expressivo o processo de feminização do trabalho. Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. No Brasil, o salário médio das mulheres está em torno de 60% do salário dos trabalhadores.

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do Século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização, mas que também sentem as conseqüências do processo de reestruturação.

Se, entretanto, inicialmente deu-se uma forte absorção, pelo setor de serviços, daqueles/as que se desempregavam do mundo industrial, é necessário acrescentar também que as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados. Como exemplos, poderíamos lembrar a enorme redução do contingente de trabalhadores bancários no Brasil, em função da reestruturação do setor. No Brasil havia 1 milhão de trabalhadores bancários em 1985 e hoje, em 2005, esse contingente reduziu-se para menos de 400 mil.

Com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em conseqüências dessas mutações, várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se

diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da *sociedade do desemprego estrutural*.

Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que é substituído pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista.

E, paralelamente à esta exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas.

Como desdobramento destas tendências acima apontadas, vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, através de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, onde predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, através de trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos ou associações

similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. No Brasil ela hoje abarca cerca de 20 milhões de trabalhadores.

Outra tendência que gostaríamos de apontar é a da expansão do trabalho à domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Através da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo.

Sabemos que a telemática (ou teleinformática) nasceu da convergência entre os sistemas de telecomunicações por satélite e à cabo, juntamente com as novas tecnologias de informação e a microeletrônica, possibilitando enorme expansão e agilização das atividades das transnacionais. Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a *Benetton*, a *Nike*, dentre as inúmeras empresas que vêm aumentando as atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas.

Desse modo, o trabalho produtivo à domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

É este, portanto, o desenho compósito, heterogêneo, polissêmico e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, "incluídos e excluídos", etc, temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma *concepção ampliada de trabalho*. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres

que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os *trabalhadores produtivos* que participam diretamente do processo de criação de *mais valia* e da valorização do capital (que hoje, como vimos acima, transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos nos serviços) e abrange também os *trabalhadores improdutivos*, cujo trabalhos não criam diretamente *mais valia*, uma vez que são utilizados como serviço, seja para *uso* público, como os serviços públicos, seja para *uso* capitalista.

Podemos também acrescentar que os trabalhadores *improdutivos*, criadores de *anti-valor* no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos. Incorpora tanto os trabalhadores *materiais*, como aqueles e aquelas que exercem trabalho *imaterial, predominantemente intelectual*.

A classe trabalhadora hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agro-industriais e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados.

Naturalmente, em nosso desenho analítico *não* fazem parte da classe trabalhadora moderna os gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, gestão e sistema de mando do capital. Estão *excluídos* também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação.

Compreender, portanto, a *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora hoje, de modo *ampliado*, implica em entender este conjunto de

seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados.

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla do que o *proletariado industrial produtivo* do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada.

Essa realidade presente no mundo do trabalho conforma uma tese que é essencial em nosso estudo: se o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de *perenidade*, ora estampado a sua enorme *superfluidade*, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além, naturalmente, do enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparramam pelo mundo.

Em seu traço *perene*, pode-se ver que cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial. E, na marca da *superfluidade*, cada vez *mais* homens e mulheres encontram *menos trabalho*, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, “flexíveis”, quando não vivenciando o flagelo do desempregados.

V

Mas há ainda uma outra contradição que se evidencia, quando o olhar se volta para a (des)sociabilidade contemporânea no mundo produtivo: quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada

“qualificação”, da gestão do “conhecimento”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho.

E isso se dá porque a gestão do “conhecimento e competência” está inteiramente conformada pelo receituário e pela pragmática presente na “empresa enxuta”, na *empresa liofilizada* que, para ser competitiva, deve reduzir ainda mais o *trabalho vivo* e ampliar sua dimensão técnico-científica, o *trabalho morto*, cujo resultado não é outro senão o aumento da informalidade, terceirização, precarização do trabalho e desemprego estrutural em escala global.

E, ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que se utilizam de mecanismos ainda “mais coativos, renovando as formas primitivas de violência na acumulação, uma vez que - paradoxalmente - ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou ‘envolvimento’ subjetivo e social do trabalhador”(Bialakowsky 2003, 135).

João Bernardo, ao tratar dessa dimensão crucial do trabalho afirmou:

“A ‘desindustrialização’, sobre a qual tanto se fala e se escreve hoje, é na verdade uma reindustrialização. E o ‘desaparecimento da classe operária’ corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora, que entretanto se reestruturou internamente. Kim Moody colocou a questão nos termos devidos ao recordar que ‘as mudanças ocorridas nas economias capitalistas desenvolvidas não alteraram a condição fundamental da força de trabalho, que continua a ter de vender a um patrão a sua capacidade de trabalho e continua a ter de exercer a sua atividade como participante num esforço coletivo organizado pelo capital, e em termos ditados em grande medida pelo capital’. Para resumir a situação em poucas palavras, a exploração da componente intelectual do trabalho determinou o crescimento do ramo da informática, e portanto dos serviços, mas este crescimento é indissociável da reorganização do operariado fabril. ‘A revolução que se seguiu à revolução industrial’, escrevia *The Economist* em 22 de Agosto de 1987, ‘não é uma revolução dos serviços mas dos cérebros, na qual o valor é acrescentado não por mãos qualificadas mas por inteligências qualificadas’. (...)”

E acrescenta:

“Ora, o fato de se ter esgotado a possibilidade de levar avante a extração de mais-valia relativa só graças ao esforço muscular da mão-de-obra alterou radicalmente este quadro de concepções. Hoje, quanto maior for a componente intelectual da atividade dos trabalhadores e quanto mais se desenvolver intelectualmente a força de trabalho tanto mais consideráveis são as possibilidades de acumular mais-valia.”(Bernardo 2004).

Veja-se o exemplo da *Manpower*, transnacional da locação (entenda-se terceirização) da força de trabalho de amplitude global, cuja atividade

“constrói parcerias com clientes em mais de 60 países, (...) mais de 400 mil clientes dos mais diversos segmentos, como comércio, indústria, serviços e promoção (...). A *Manpower* está preparada para atender seus clientes com *serviços de alto valor agregado* [grifos meus], como contratação e administração de funcionários temporários; recrutamento e seleção de profissionais efetivos, para todas as áreas; programas de *trainees* e de estágios, projetos de terceirização e serviços de *contact center*; administração de RH (RH Total) e contratação de profissionais com alto grau de especialização (Divisão *Manpower Professional*) (Manpower Brasil, www.manpower.com.br).

Ao contrário, portanto, do fim ou redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho.

É sintomático também o *slogan* adotado pela Toyota, na unidade de Takaoka, na cidade de Nagoya: “*Yoi kangae, yoi shina*” (“bons pensamentos significam bons produtos”), fixado na bandeira que tremulava na entrada da unidade produtiva.²⁾ Mas é bom lembrar que estes projetos de “envolvimento”, flexibilização, etc, acabam também por encontrar resistência junto aos trabalhadores, conforme se viu no protesto de 1.300 trabalhadores, organizado pelos sindicatos que eram contrários à implantação do sistema de autocontratação.³⁾

²⁾ Conforme Brian Bremner e Chester Dawson, *Business Week* (18/11/2003).

³⁾ Conforme *Japan Press Weekly* (21/02/2004), n. 2371, p. 13.

Tem-se, então, como resultante, que a prevalência da *razão instrumental* assume a forma de uma enorme *irracionalidade societal*. O que coloca um desafio fundamental e candente: a desconstrução desse ideário e dessa pragmática é condição para que a humanidade – e, portanto, também o *trabalho* – possam ser verdadeiramente dotados de sentido, obstando o destrutivo processo de *desantropomorfização do trabalho* em curso desde o início da Revolução Industrial e sua lógica *maquímica*.

Ao contrário da produção dirigida prioritariamente para a acumulação privada do excedente, o objetivo desse novo empreendimento societal é tornar a atividade humana laborativa direcionada para a produção de bens socialmente necessários, onde o *valor de uso* intrínseco dos produtos não mais se subordine (mas de fato elimine) os imperativos do *valor de troca*, presentes no universo das mercadorias.

Desse modo, o objetivo da *economia* poderá efetivamente recuperar seu sentido original de *economizar* (do latim *oconomia*), cuja finalidade é utilizar racionalmente os recursos oriundos da natureza e da sociedade. O que nos obriga a (re)conceber o trabalho como sendo dotado de *autonomia*, *autocontrole* e *autocomando*, cuja fruição seja pautada pelo *tempo disponível para a sociedade*, ao contrário da *heteronomia*, *sujeição* e *alienação*, regidas pelo *tempo excedente voltado para a acumulação privada do excedente*, típica da sociedade fetichizada que hoje vivenciamos.

Sabemos, como lembrou Marx, que “*em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissoluvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital*” (Marx 1971, 411).

Recuperar, em bases totalmente novas, a unidade inseparável entre o *caracol e sua concha*, eis o desafio mais candente da sociedade moderna.

Abstract

O texto apresenta algumas das principais transformações e metamorfoses em curso no mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação do padrão produtivo de base taylorista e fordista, desencadeado a partir dos anos 1970, com ênfase na análise das principais características que conformam a classe trabalhadora hoje.

Procura tratar tanto algumas das tendências mais universais que vêm afetando o mundo do trabalho, acarretando sua maior precarização, como pretende também oferecer algumas das tendências analisadas a partir do universo latinoamericano.

Mostra, por fim, que há um movimento pendular que tanto garante a vigência e perenidade do trabalho, por um lado, como enfatiza a forte direção do sentido da precarização, informalização e superfluidade presente no universo do trabalho.

Key Words: Crise do trabalho, Centralidade do mundo do trabalho, Flexibilização e precarização / 노동위기, 노동 세계의 집중화, 유연성과 불안정성

논문투고일자: 2005. 10. 28

심사완료일자: 2005. 11. 01

게재확정일자: 2005. 11. 22

Bibliography

- Antunes, Ricardo(1995), *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp.
- _____ (1999), *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bernardo, João(2004), *Democracia Totalitária: Teoria e Prática da Empresa Soberana*, São Paulo: Ed. Cortez.
- Bialakowsky, A. et al.(2003), “Dilución y Mutación del Trabajo en la Dominación Social Local”, *Herramienta*, No. 23, <http://www.herramienta.com.ar>.
- Bremner, Brian e Chester Dawson(2003), *Business Week* (18/11/2003).
- Castel, Robert(1998), *As Metamorfoses da Questão Social*, Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Ésquilo(s/data), *Prometeu Acorrentado*, Rio de Janeiro: Ediouro.
- Hegel(1966), *Fenomenologia del Espiritu*, México: Fondo de Cultura Econômica.
- Hesíodo(1990), *Os Trabalhos e os Dias*, São Paulo: Iluminuras.
- Japan Press Weekly* (21/02/2004), n. 2371, p. 13.
- Manpower Brasil*, www.manpower.com.br.
- Marx, K.(1971), 2a edição, *O Capital*, Vol. I, Ed. Civilização Brasileira.
- Marx, K.(2004), *Manuscritos Económico-Filosóficos*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mészáros, I.(2004) “Unemployment and Casualisation: A Great Challenge to the Left”, mimeo, 2004, pp. 4-8.
- Neffa, J.(2003), *El Trabajo Humano*, Buenos Aires: CONICET.
- Sotelo Valência, Adrian(2003), *La Reestructuración del Mundo del Trabajo: Superexplotación y Nuevos Paradigmas de la Organización del Trabajo*, México: Editorial Itaca.
- Ursula, Huws(2003), *The Making of a Cybertariat (virtual work in a real world)*, Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press.

Vasapollo, L.(2005), “Le Ragioni di una Sfida in Atto”, in *Lavoro Contro Capitale(Precarietà, Sfruttamento, Delocalizzazione)*, Milão: Jaca Book.

Vasapollo, L. and R. Martufi(2003). “Lavoro Atipico, Lavoro che Cambia, Come Lavorare?”, *PROTEO*, No. 2-3,
http://www.proteo.rdbcub.it/article.php3?id_article=250.